



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Comitê de Tecnologia da Informação

**ATA DA DÉCIMA REUNIÃO DO COMITÊ DE TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.**

Aos quatorze (14) dias do mês de julho do ano de dois mil e oito (2008), às nove horas e trinta minutos (09h30), no Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça, reuniu-se o Comitê de Tecnologia da Informação, instituído pela INSTRUÇÃO NORMATIVA GPGJ nº 003/2007, de 1º de outubro de 2007 e designado pela Portaria Nº 1.392/2007, publicada no 2º caderno do Diário da Justiça do dia 11 de outubro de 2007, composto pelos seguintes Membros: **Procurador de Justiça Alcides Orlando de Moura Jansen, Secretário-Geral do Ministério Público Cláudio Antônio Cavalcanti, Promotor de Justiça Corregedor Alexandre César Fernandes Teixeira, Promotor de Justiça Gustavo Rodrigues Amorim, Diretora de Planejamento Arlinda Maria Pimentel Rodrigues Leite, Chefe do Departamento de Informática Maria José Gomes de Oliveira e o Assessor de Informática Daniel Cavalcanti Lins Falcão.** Também se fizeram presentes a reunião a Procuradora-Geral de Justiça Janete Maria Ismael da Costa Macedo e o Técnico de Promotoria (Programador) Jefferson Ferreira Barbosa. A reunião foi coordenada pelo Procurador de Justiça Doutor Alcides Orlando de Moura Jansen, que abriu os trabalhos invocando a proteção de Deus e comentou que a Ata da Nona Reunião Ordinária foi revisada pelo Promotor de Justiça Corregedor Dr. Alexandre César, coordenador dos trabalhos naquela ocasião. Após lida e aprovada a referida Ata foi assinada pelos presentes e o Dr. Alcides pediu para que a Secretária do Comitê encaminhasse através de ofício uma cópia daquela à

Procuradora-Geral de Justiça. Em seguida, Dr. Alcides registrou a importância da presença da doutora Janete Ismael, a quem simbolicamente transferiu a coordenação dos trabalhos, pois o COMTI, na condição de organismo opinativo, está hierarquicamente vinculado ao Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça. Na sequência, Dr. Alcides comentou que a pauta da reunião continha assuntos de grande relevância para a definitiva informatização da Instituição, dentre os quais destacou o processo de contratação da **Rede Wan e Acesso a Internet**, bem como o da Implantação do **Sistema Arquimedes**, cedido pelo Ministério Público de Pernambuco. Nesse momento, passou a palavra para a Diretora de Planejamento Dr^a. Arlinda que primeiramente explicou a todos a presença do Programador Jefferson Ferreira, porque juntamente com Daniel, está tratando tecnicamente da Implantação da Rede e do Sistema, razão pela qual poderá vir a prestar algum esclarecimento sobre os assuntos a serem debatidos. Logo após, a Dr^a Arlinda expôs aos presentes sobre o andamento do processo nº 2019/2008, do qual constam propostas das empresas de telecomunicações Oi e Embratel, com um valor médio de R\$ 8.104.667,63 (oito milhões, cento e quatro mil, seiscentos e sessenta e sete reais e sessenta e três centavos) e R\$ 5.970.071,40 (cinco milhões, novecentos e setenta mil e setenta e um reais e quarenta centavos), com e sem o Imposto, respectivamente. Estes valores estão estimando custos para 36 meses e, certamente, direcionam o processo para abertura de procedimento licitatório. Ainda com a palavra a Dr^a Arlinda indagou a Dr^a Janete e aos membros do COMTI se, inicialmente, serão contempladas todas as Promotorias de Justiça, inclusive aquelas que funcionam nas Salas dos Fóruns Judiciais. Respondendo, a Dr^a Janete ressaltou a necessidade de contemplar todas as Promotorias, indistintamente, assinalando que *"não poderíamos isolar a comunicação nem estabelecer critérios para tanto"*, posição com a qual concordaram unanimemente todos os membros do Comitê de Tecnologia da Informação. Retomando a palavra, a Dr^a. Arlinda informou aos presentes sobre o conteúdo do Processo Administrativo nº 2020-08, do qual consta uma proposta comercial no valor de R\$ 218.000,00 (duzentos e dezoito mil reais) para implantação e customização do **Sistema Arquimedes** remetida pelo Centro de Estudos Avançados do Recife – CESAR, que já era de conhecimento de todos os membros do COMTI, pois, antecipadamente, havia remetido via e-mail para análise prévia. Os doutores Alcides e Gustavo questionaram por que a proposta do

CESAR não contemplava o aproveitamento total do legado existente nos softwares pontuais da Instituição, bem assim ponderaram que a comunicação com o Tribunal de Justiça não estava bem definida. O técnico Daniel explicou que o CESAR estava se propondo a migrar os dados cujas telas já existam no "Arquimedes", e quanto a interoperabilidade com o TJPB, a empresa teria que analisar detalhadamente a compatibilidade de dados a serem interagidos. Neste momento, a Dr^a Janete Ismael fez uso da palavra e disse que o CESAR ou qualquer empresa a ser contratada deverá atender as necessidades do MPPB. Ato contínuo, o Dr. Alcides solicitou incluir os serviços acima mencionados e o Dr. Gustavo se propôs a adequar a proposta às necessidades da Instituição, juntamente com a equipe de informática. Retomando a palavra, a Diretora de Planejamento Dr^a Arlinda informou aos presentes que o sistema "Arquimedes" foi adotado pelos Ministérios Públicos Estaduais do Amazonas e do Tocantins, mas sua customização foi realizada pela própria equipe nas Instituições daqueles Estados. No caso da Paraíba é diferente, pois nossa equipe além de ser ínfima, pois é composta de apenas 03 (três) programadores, não detém conhecimento do banco de dados *Oracle*, essencial às adaptações. Na ocasião, a Chefe do Departamento de Informática Dr^a. Maria José comunicou aos presentes que ciente dessa necessidade, já solicitara treinamento para os técnicos, porquanto após a implantação do "Arquimedes" a manutenção do sistema e posteriores implementações serão realizadas pelos programadores do MPPB. O assunto foi amplamente discutido quanto a possibilidade de contratação do CESAR pela modalidade de dispensa de licitação, em vista de que o mesmo detém a propriedade intelectual do Sistema e é uma instituição sem fins lucrativos. Fazendo uso da palavra, a Dr^a Janete informou aos presentes que atenta ao problema, estivera no Tribunal de Contas do Estado, acompanhada da Dr^a Arlinda e do Promotor de Justiça Dr. Edmilson de Campos Leite Filho, para, numa conversa informal com o Presidente daquela Corte, Conselheiro Arnóbio Viana, na presença dos Conselheiros Fernando Catão e José Marques Mariz, questionar a situação acima descrita. Na ocasião, o Conselheiro Fernando Catão informou a Dr^a Janete que existe a possibilidade de dispensa de licitação e, logo em seguida o Presidente do TCE disse a Procuradora-Geral que se ela entender necessário poderá formalizar uma consulta àquela Egrégia Corte, pois o assunto seria minuciosamente analisado. Com a palavra Dr. Gustavo, que falou sobre a situação diferenciada do

CESAR em relação a qualquer outra empresa por ser detentor intelectual do negócio, mas é preciso saber se há uma aprovação do sistema pelos MP's do Amazonas e do Tocantins e demais aspectos legais, para fundamentar uma justificativa no caso de se decidir por dispensa de licitação. Ainda com a palavra, o Dr. Gustavo questionou o que o Ministério Público de Pernambuco estava efetivamente cedendo sobre o Sistema Arquimedes. No ponto, o técnico Daniel informou que estava sendo cedido o Sistema em sua totalidade, com os documentos e fontes. Em seguida, o Dr. Alexandre ponderou que poderá aparecer uma empresa e dizer que também tem condições de customizar e realizar todas as adaptações. O assunto de como e quem contratar para implantar e customizar o "Arquimedes" voltou ao debate e depois de serem analisados todas as nuances do problema, por unanimidade, acolheu-se proposta da Coordenação do COMTI, deliberando-se por sugerir a abertura do procedimento licitatório a fim de se evite qualquer lampejo de dúvida quanto ao processo de contratação, notadamente pela necessidade de se resguardar o nome da Instituição no tocante aos princípios norteadores da administração pública. Acatando, imediatamente, a opinião do Comitê, a Dr^a Janete solicitou celeridade no processo e pediu a Diretora de Planejamento que providenciasse expediente solicitando proposta comercial a empresas de desenvolvimento de *software* da região, inclusive informando no ofício o prazo para apresentação daquelas. Desde logo, a Procuradora-Geral agendou uma reunião extraordinária do COMTI para a próxima segunda-feira, dia 21 (vinte e um) do corrente mês, às nove horas e trinta minutos, em seu Gabinete, para acompanhar pessoalmente o andamento do processo que reputa essencial para o MPPB. Na ocasião, o Dr. Gustavo se prontificou a colaborar na elaboração do edital de licitação. Na seqüência, a Dr^a. Arlinda informou a todos sua preocupação quanto à execução orçamentária das dotações de informática, lembrando que existe um considerável volume de recursos que estão sendo resguardados desde o início do exercício exatamente para efetivar-se a implantação da Rede Wan/Acesso a Internet e Software para atendimento a área fim, portanto, torna-se necessário priorizar as licitações ora definidas, dentre tantas igualmente necessárias que estão em tramitação na Instituição. Com a palavra, a Dr^a Janete informou aos membros do COMTI que vai solicitar uma reunião ainda para o dia de hoje, às 15 (quinze) horas, com os membros da Comissão de Licitação e a Diretora Administrativa, com a finalidade de estabelecer uma ordem de

prioridade nos procedimentos a serem licitados. Dando continuidade a pauta da reunião, o Coordenador Dr. Alcides reportou-se à Resolução nº 25/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, pois na última reunião do Comitê Misto de Informática do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais – CNPG, à qual compareceu o Dr. Cláudio Cavalcanti, foram criados dois grupos que tratariam sobre o inventário de equipamentos e softwares e taxonomia, sendo que o MPPB ficou integrado neste último. Disse aos presentes que tem recebido, via e-mail, solicitações das informações pertinentes a Instituição e perguntou ao técnico Daniel o que estava sendo produzido sobre o assunto. Com a palavra Daniel que informou ter mantido contato com o Promotor Corregedor Dr. Arlan Costa e que o mesmo solicitou que a Chefe de Departamento de Controle Disciplinar da Corregedoria-Geral, Dr^a. Nadjane, prestasse as informações pedidas no formulário, mas aquela explicou que os dados compilados na Corregedoria são diferentes dos solicitados pelo CNPG. Diante de tal situação, Dr. Alcides solicitou que a Diretora de Planejamento, a Chefe do Departamento de Informática e o assessor Daniel se reúnam o quanto antes com o Dr. Arlan, o Diretor da Corregedoria Dr. Paulo e a Dr^a. Nadjane com a finalidade de buscarem uma solução para o assunto. Em seguida, o Promotor-Corregedor Dr. Alexandre César informou que o Relatório de Atividades Funcionais – RAF eletrônico –, está concluído, restando se estabelecer uma data para sua implantação, o que certamente contribuirá de forma efetiva para fornecer subsídios, tanto para prestar informações ao CNMP quanto para o CNPG. Em seguida, o Dr. Alcides solicitou a secretária do COMTI que sugerisse a Diretora Administrativa desenvolver estudos com vistas a realizar um aditivo no contrato com a TIM ou contratar outra operadora, para disponibilizar um mini-modem com *chip*, a fim de que os notebooks que serão destinados aos Gabinetes dos Procuradores de Justiça tenham acesso a Internet, principalmente durante a realização das sessões no Tribunal de Justiça, no Colégio de Procuradores e no Conselho Superior, viabilizando, por este modo e a um custo mínimo, o acesso dos Procuradores e Promotores Convocados à legislação e aos bancos de dados doutrinários e jurisprudenciais, amplamente utilizados naquelas reuniões. Na seqüência, o Dr. Alcides consultou a Dr^a. Arlinda a respeito da previsão de recebimento dos *notebooks* recentemente licitados. Respondendo, a Dr^a. Arlinda disse que o processo de licitação para aquisição dos equipamentos portáteis ainda estava sendo analisado por um técnico da Comissão de

Gestão e de Controle de Atos Administrativos para, logo após, ser submetido à homologação pela Procuradora-Geral. A respeito do assunto, a Dr^a Janete fez uso da palavra e disse que já havia solicitado o processo e estaria procedendo a sua homologação ainda nesta data. Na oportunidade, o Dr. Alexandre César fez uso da palavra para ratificar a necessidade da aquisição dos *notebooks* para os Procuradores de Justiça, falando que *"nos dias de hoje é um equipamento indispensável para o operador do direito"*. Retomando a palavra, Dr. Alcides fez questão de ressaltar que a idéia é a de que esse equipamento servirá exclusivamente aos gabinetes, ficando sob a responsabilidade das Chefias daqueles para ser disponibilizado aos Procuradores e Promotores Convocados em seus deslocamentos para as sessões ou eventuais viagens. Na seqüência e ainda com a palavra, o Coordenador do COMTI indagou a Dr^a. Arlinda sobre o andamento da digitação das fichas do Departamento de Recursos Humanos, matéria que foi objeto de deliberação do Comitê em sua 5^a reunião ordinária, realizada no dia 11 de fevereiro de 2008, portanto há mais de 05 (cinco) meses. Sobre este tópico, a Dr^a. Arlinda explicou que solicitara os serviços através do processo n^o 1970-08, mas que fora informada pela Diretora Administrativa sobre um trabalho de consultoria que está sendo realizado no setor de Recursos Humanos, o qual inclui, além de outras atividades, o início da digitação das fichas, razão pela qual sugeriu ao Secretário-Geral que seja concedido um prazo de 75 (setenta e cinco) dias para a conclusão dos trabalhos. Em seguida, o Dr. Cláudio Cavalcanti pediu a palavra para esclarecer que, após analisar a solicitação da Diretoria de Planejamento, e concluir que um serviço não interferiria no outro, decidiu pela continuidade do processo acima mencionado. O técnico Daniel pediu a palavra para registrar que o Sistema de Recursos Humanos foi alterado em sua documentação e algumas funcionalidades pelo programador Jefferson, com o objetivo de adequar-se as necessidades vigentes. Seqüenciando, o Dr. Alcides comentou sobre a necessidade de treinamento para os servidores da Instituição e a Dr^a Janete concordou com a observação, dizendo ser uma preocupação constante da administração, tanto que neste sentido estava encaminhando uma série de medidas já agora e incluindo esta necessidade no rol das prioridades que deverão constar do Orçamento 2009. O Dr. Alcides também perguntou a Diretora de Planejamento sobre o termo de convênio que seria firmado com o Tribunal de Justiça decorrente de reuniões realizadas naquela Corte e o Dr. Gustavo completou a

indagação do coordenador do COMTI dizendo que havia remetido, via e-mail, termos para embasarem a elaboração do mencionado convênio. A Dr^a. Arlinda explicou aos presentes ter entendido que com a definição de se adotar o *Sistema Arquimedes* e a contratação da consultoria para dar celeridade ao procedimento licitatório para implantação da *Rede Wan/Acesso a Internet*, não seria necessário dar continuidade a tal assunto, mas que irá se empenhar em dar andamento ao fato e solicitará a Assessoria Jurídica a elaboração do Termo respectivo. Antes do encerramento da reunião, a Dr^a. Maria José pediu a palavra para informar aos membros do Comitê que o inventário de informática está em fase de conclusão, pois só restam as Promotorias de Justiça do Sertão paraibano a serem visitadas e o técnico Crispim está viajando esta semana para concluir a tarefa em todo o Estado. Informou ainda que um engenheiro está acompanhando o técnico mencionado, vistoriando todas as Promotorias de Justiça, seja Sede própria ou Sala de Fórum, para fazer o levantamento das necessidades de instalação/recuperação da rede lógica com vistas a implantação da *Rede Wan*. Nada mais havendo a tratar, o senhor Coordenador encerrou os trabalhos consignando a importância e o privilégio da presença na reunião da Procuradora-Geral de Justiça Dr^a Janete Maria Ismael da Costa Macedo, fato que, para além de sua relevância, vem demonstrar o seu efetivo compromisso com a informatização e modernização do Ministério Público Paraibano. Termos em que, Eu, _____ Secretária, lavro a presente Ata que assino com os demais Membros do Comitê de Tecnologia da Informação do Ministério Público da Paraíba. Em João Pessoa aos 14 de julho de 2008.

Alcides Orlando de Moura Jansen
Procurador de Justiça – Coordenador

Cláudio Antônio Cavalcanti
Promotor de Justiça/Secretário-Geral

Alexandre César Fernandes Teixeira
Promotor de Justiça Corregedor

Gustavo Rodrigues Amorim
Promotor de Justiça

Arlinda M^a Pimentel R. Leite
Diretora de Planejamento

Maria José Gomes de Oliveira
Chefe do Departamento de Informática

Daniel Cavalcanti Lins Falcão
Assessor de Informática